

TEOLOGIA SISTEMÁTICA E BÍBLIA: encontros e desencontros

SYSTEMATIC THEOLOGY AND THE BIBLE: Agreements and Disagreements

J. B. Libanio^()*

RESUMO

A bíblia mantém com a teologia longa tradição de encontros e desencontros. Num lance de olhos, percorremos as principais figuras dessa relação nas últimas décadas. Em primeiro momento, a bíblia ofereceu à teologia elementos para esta provar suas teses. Cumpria papel de submissa à teologia. Depois, desenvolveu métodos específicos, adquirindo própria autonomia. Então ambas mantiveram caminhos paralelos. Pouco a pouco, conseguiram articular os próprios métodos e pesquisas. E finalmente mostramos a dupla situação entre elas. Guardam autonomia de métodos e, no entanto, dialogam entre si com mútuo enriquecimento. E as ciências da religião aprendem de tal périplo histórico e da atual situação de diálogo. Pois, certos aspectos do impacto da bíblia sobre a teologia se assemelham ao das ciências da religião sobre a fé e vice-versa.

PALAVRAS-CHAVE: Teologia. Bíblia. Ciências da Religião.

ABSTRACT

The Bible maintains with theology a long tradition of agreements and disagreements. In this paper, we walked through the main figures of this relationship in recent decades. First, Bible offered elements to prove thesis for theology. So it developed a submissive role to theology. After, bible's studies developed specific methods and acquired autonomy. Then, both remained in parallel paths. Little by little Bible's studies and theology created their own researchs and methods. Finally, we show the situation between both of them. They retain autonomy of methods and, however, talks one another with mutual enrichment. And the sciences of religion learn with this historic tour and with the current situation of dialogue. Certain aspects of the Bible impact on theology are like those of the sciences of religion on faith and vice versa.

KEYWORDS: *Theology. Bible. Sciences of Religion.*

^(*) Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma, Itália. Professor titular da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE. Tem experiência na área de Teologia, com ênfase em Teologia Fundamental, atuando principalmente nos temas: Reforma dos Estudos Eclesiásticos, Filosofia, Teologia. Possui mais de 130 títulos de livros publicados e centenas de textos veiculados em jornais e revistas.

INTRODUÇÃO

A teologia sistemática, ou simplesmente, a teologia, e a bíblia teceram ao longo da história da fé cristã desenhos bem diversos. Contemplá-los-emos numa primeira parte dessa reflexão, para, em seguida, pensar sincronicamente a relação entre ambas.

A história ilumina a simultaneidade presente de duas formas de exprimir a fé. A teologia prima pela busca de inteligibilidade dos elementos fundamentais do crer, enquanto a bíblia se anuncia como fonte primeira, construída no interior de enorme pluralidade de linguagens. Essa complexidade pede reflexão exigente. Restringir-nos-emos às figuras mais recentes da relação entre teologia e bíblia. Retomaremos a história a partir do final da fase do reinado da teologia escolástica em diante.

BÍBLIA A SERVIÇO DA SISTEMÁTICA: PAZ SUBMISSA

A primeira figura da relação teologia e bíblia marca os contornos firmes da teologia sobre o fundo da bíblia. A teologia cristã assumira a árdua tarefa de defender a fé contra o assédio da razão iluminista e, de modo especial, dos mestres da suspeita. Estava em jogo a Revelação divina cuja validade a razão autônoma teimava em negar. E o lado católico enrijeceu-se ainda mais por aguçar as espadas contra a Reforma.

Em vez de teologia no sentido profundo do termo, predominava espírito apologético. Afilava-se a razão especulativa na defesa da fé católica, tanto no seu fundamento na Revelação, como na sua expressão normativa da Igreja.

Em relação ao racionalismo, afiou-se a lâmina do raciocínio a fim de provar, dentro da lógica dos argumentos, a possibilidade, a conveniência, a necessidade e o fato da Revelação e tudo o que daí decorria. A própria Escritura entrava na jogada da racionalidade como livro autêntico, veraz, histórico, íntegro, que encerrava munição suficiente para atacar os adversários.

Nesse momento, a teologia transformou a Escritura em arsenal de argumentos para suas provas. Estas tinham consistência própria e se embelezavam com textos bíblicos, tomados na literalidade do sentido. Defendia-se a existência de único sentido literal que a autoridade do magistério e o raciocínio da teologia garantiam.

A teologia, qual rainha da fé, punha a seu serviço os textos hauridos na Escritura conforme a necessidade, independentemente do livro, do tempo, do autor bíblico. Interessava o sentido literal como *dicta probantia* – dizeres para provar.

Por trás dessa posição escondia a tese dogmática da inspiração e inerrância da Escritura. Tudo que lá constava, tinha sido inspirado pelo Espírito Santo. E, portanto, qualquer dito escriturístico valia por ele mesmo como prova de verdade de fé. Nem faltaram posições que se extremaram na compreensão da inspiração a ponto de se usar a metáfora do papagaio, chamando-as de psitacismo. A teologia fundamental clássica atribuía enorme importância à inspiração e à inerrância da bíblia, porque preparava já uma teologia sistemática apoiada em citações bíblicas, sem referência alguma aos métodos crítico-históricos. Importava unicamente determinar o sentido literal da citação escriturística e com ela construir a tese. Surgiam problemas quando apareciam passagens contraditórias. Assim, p. ex., no caso da cura de um cego, que segundo um evangelista Jesus o fez na entrada da cidade e do outro na saída. Triunfava um concordismo que arrumava de tal maneira a interpretação literal que se superava o impasse. Tornou-se clássico o livro: E a bíblia tinha razão (KELLER, 1958). O autor mostrou enorme criatividade para explicar as pragas do Egito como fenômenos da natureza.

Qualquer teologia minimamente esclarecida já abandonou tal figura. Ela funciona ainda em certas denominações evangélicas para provar verdades, não tanto de fé, como de interesse pessoal do pastor e de sua igreja.

INDEPENDENTIZAÇÃO DA ESCRITURA EM FACE DA TEOLOGIA

A segunda figura perdeu a harmonia da anterior, mantida, naturalmente pela submissão da Escritura aos interesses apologéticos e dogmáticos da teologia. Começou rasgando a anterior por meio de longo processo de concentração no texto bíblico, ao usar os métodos da pesquisa histórica. Declarou-se a independência das pesquisas sobre a Escritura em relação à tutela dogmática. Acentuou-se a autonomia da bíblia cuja leitura e interpretação seguiria as novas regras da linguística e não as estabelecidas pela teologia.

O processo de independência da bíblia em relação à teologia não aconteceu tranquilo no interior das igrejas. A primeira reação, sobretudo no mundo católico, se vestiu desde reserva silenciosa até acre crítica a tais métodos, desclassificando-os como racionalismo. Vibrava-se, nesse momento, sobretudo o argumento da inspiração do Espírito Santo dos Livros Sagrados. Considerava-

-se ousado atentado contra a verdade garantida pelo Autor divino a pretensão da hermenêutica moderna. Pois, parecia que a razão humana se sobrepunha à autoridade divina.

Entretanto, o processo de ruptura da submissão da Escritura em face da teologia e das instituições eclesíásticas prosseguiu. Assinalamos quatro ondas de pesquisas históricas, literárias, arqueológicas, antropológicas, sociológicas a respeito dos textos, sobretudo referentes aos evangelhos. Elas abalaram gravemente a tranquilidade e segurança cristológica da teologia sistemática.

A primeira vaga levantou-se por ocasião da obra de **Reimarus** [1694-1768], cujo livro se publicou uma década depois de sua morte [1778]. Ele distancia aquele Jesus, que, à primeira vista, parecia ser descrito de maneira direta e cotidiana, da historicidade para apontá-lo como obra de fé da comunidade. Inicia-se o longo itinerário de estudos que terminam no impasse de se obter a biografia histórica e na impossibilidade de se reproduzirem as próprias palavras e gestos de Jesus. A escola da *Leben-Jesu Forschung* – Pesquisa sobre a vida de Jesus – acentuou a suspeita da ruptura entre as duas figuras de Jesus – histórica e da fé –. Ao empregar os métodos crítico-históricos, confessou a inviabilidade de chegar ao Jesus da história. Este permaneceu preso nas teias da fé das primeiras comunidades. Tais investigações causaram mal-estar nos meios cristãos e ameaçaram-lhes a fé.

Chegou-se, em certos momentos, a enorme cepticismo em face da reconstrução histórica de Jesus por causa dos estudos exegéticos. O conflito entre bíblia e teologia atinge o auge. R. Bultmann, com o programa da desmitologização, (RAHNER; VORGRIMLER, 1966) simboliza o máximo dessa distância entre a fé no Cristo e o acesso ao Jesus histórico pela via dos textos bíblicos.

*Desmitologização é a palavra, não de todo acertada nem autêntica, da tarefa explicitamente proposta pelo teólogo protestante R. Bultmann (*1884), consistente em interpretar existencialmente o Novo Testamento. Isto é, consiste em apresentar o kerygma do Novo Testamento ao homem de hoje de tal maneira que por esse meio o homem contemporâneo se encontre imediatamente afetado, situado em face de uma decisão existencial [...]. Toda proposição tem de ser interpretada existencialmente, posto que somente me afeta se a consideramos uma decisão atual.*

Imperava pesado preconceito racionalista que remetia para o mito tudo o que pertencia ao mundo sobrenatural: milagres, intervenções de Deus na história, aparições, manifestações divinas. As investigações sobre os textos bíblicos se percebiam como ameaças à fé cristã e a teologia reagia criticamente.

O CAMINHAR PARALELO ENTRE A BÍBLIA E A TEOLOGIA SISTEMÁTICA

Esta posição deixou a teologia sistemática em situação curiosa. A bíblia afirmou autonomia em face dela. No entanto, como os resultados a que as pesquisas históricas tinham chegado se cobriam de incertezas em face do sentido histórico da vida de Jesus, a teologia sentiu livre para ela, por sua conta, continuar o caminho tradicional. Os biblistas não a podiam criticar de maneira positiva, simplesmente afirmavam não saber o que historicamente tinha acontecido com Jesus e o que ele realmente dissera.

Então, da posição de independência, passou-se a um momento de caminhar paralelo. De um lado, a bíblia continuava o percurso de pesquisas crítico-históricas e, de outro, a teologia fazia ouvido mouco a esse trabalho. Os extremos se tocam. O extremo do criticismo bíblico libertou a teologia de escutar-lhe os resultados, já que se mostravam pobres em elementos.

A teologia não conseguia, porém, permanecer na posição anterior de uso indiscriminado dos textos bíblicos. Os estudos exegéticos desacreditaram definitivamente tal procedimento. Momento de perplexidade e transição.

APROXIMAÇÃO ENRIQUECEDORA

A segunda onda de estudos bíblicos trouxe certo alívio para tal tensão e lançou pontes sobre a distância entre bíblia e teologia. Tal movimento surge de dentro dos arrabaldes de Bultmann. A conferência de E. Käsemann de 1953 constituiu-se marco referencial para a seguinte geração dos exegetas pós-bultmanianos (KÄSEMANN, 1964). Superam-se assim o cepticismo e o racionalismo da onda anterior. Assume-se então o fato de que se alcança, por meio de conhecimentos exegéticos, o Jesus palestinese. A fé da comunidade, prisma sob o qual se redigiram os textos evangélicos, não impede de conhecer o contexto de vida de Jesus e sobre ela se construir a teologia sistemática. Muda-se, assim, a relação entre a teologia sistemática e os estudos bíblicos. Já não caminham paralelamente. Mas ambas criticam-se mutuamente com proveito. Evitam-se os extremos do fideísmo de uma teologia sem fundamento bíblico e também da insegurança total da teologia à espera dos últimos dados exegéticos, sempre em movimento. Os estudos bíblicos desenvolveram, especialmente a escola alemã, a tríplice pesquisa em relação à história da tradição

(*Traditionsgeschichte*), à história da formas (*Formgeschichte*) e à história da redação (*Redaktionsgeschichte*), valorizando o *Sitz im Leben* – o contexto vital - dos textos bíblicos. (ZIMMERMANN, 1969, p. xxx).

A terceira onda, a partir da década de 80, enriqueceu ainda mais os conhecimentos sobre os textos bíblicos, ao recorrer a outras ciências: arqueologia, filologia, antropologia cultural e sociologia para localizar concretamente a Jesus no seu tempo e no seu ambiente geográfico e assim melhor entender os textos bíblicos referentes a ele. Valorizou-se a dimensão ecumênica e internacional, repensaram-se os cânones exegeticos anteriores, aprofundaram-se os estudos sobre o contexto e caráter judaico de Jesus. (MEIER, 1999).

Merece talvez o nome de quarta onda a análise narrativa. No universo linguístico a teoria narrativa decolou. Predominava na cultura moderna a visão cientificista com o império do cálculo e da impersonalidade do afã de produzir objetos. A aspiração de encontrar as raízes num passado, que se narra, reagiu a tal clima. (MARLÉ, 1983, p. 123). Descobriu-se a linguagem narrativa em profundidade e na pluralidade de formas. Ela não habita nenhum mundo atrasado, arcaico, mas carrega riqueza ímpar de sabedoria, conteúdo. Atraiu então a atenção de linguistas. Tais valores revelam-se ainda mais claramente no campo religioso. Assim se desenvolveu excelente instrumental teórico para ler a Escritura na perspectiva da análise da narrativa. Empenhou-se então em clarificar o significado de narração. Ela abrange amplo campo da vida humana.

*Inumeráveis são as narrativas do mundo. Há em primeiro lugar uma variedade prodigiosa de gêneros, distribuídos entre substâncias diferentes, como se toda matéria fosse boa para que o homem lhe confiasse suas narrativas: a narrativa pode ser sustentada pela linguagem articulada, oral ou escrita, pela imagem, fixa ou móvel, pelo gesto ou pela mistura ordenada de todas estas substâncias; está presente no mito, na lenda, na fábula, no conto, na novela, na epopéia, na história, na tragédia, no drama, na comédia, na pantomima, na pintura (recorde-se a Santa Úrsula de Carpaccio), no vitral, no cinema, nas histórias em quadrinhos, no *fait divers*, na conversação. (BARTHES, 1971, p. 19)*

A teologia narrativa capta o agir de Deus na história que foge das teorias e das especulações. Narra-lhe a ação na história, já que Ele quis revelar-se ao ser humano dessa maneira. Adapta-se tal teologia grandemente aos escritos bíblicos que assinalam a presença de Deus nos acontecimentos. A análise narrativa não se reduz à mera função pedagógica de apor exemplos para crianças, mas traduz a fé de modo acessível e teológico (ALEMANY, 1982, p. 602).

Todos esses estudos que circundam a intelecção e interpretação dos textos bíblicos permitem diálogo rico com a teologia sistemática, obrigando-a superar posições rígidas anteriores. Pois essas revelavam desconhecimento dos dados trazidos pelos estudos bíblicos.

Tal momento de aproximação trouxe uma certeza e uma dúvida. A certeza de aproximar-nos do Jesus nazareno com melhores conhecimentos exegéticos. Desta forma, abandonamos definitivamente a leitura tradicional fundamentalista e literalista, de um lado, e a dogmática doutrinal, de outro. A proximidade do Jesus da história faz aparecer melhor a sua pessoa. Superamos série de imaginações, de concepções míticas, de apelos ingênuos ao divino não fundados na historicidade jesuana. Por sua vez, as mesmas pequisas nos abrem espaço maior para dúvidas, discussões, interpretações, posições diferentes entre os próprios especialistas. Entretanto, não construímos teologia sistemática sobre a dúvida. A relação entre bíblia e teologia sistemática deve, portanto, modificar-se e avançar.

EM BUSCA DO DIÁLOGO CONSTRUTIVO ENTRE BÍBLIA E TEOLOGIA

No mundo evangélico, a Escritura sempre teve lugar de relevo. Desde a Reforma, os protestantes defendem o duplo princípio da *sola Scriptura* e do livre exame. Com a *sola Scriptura*, Lutero advoga que a Escritura devia ser entendida como evangelho da graça. Tal princípio valia na medida em que implicava a Cristo e se referia a ele. Ele está presente, sobretudo na Palavra por meio do Espírito Santo. A Palavra da Escritura se interpreta a si mesma e não depende de magistério infalível. (RAHNER; VORGRIMLER, 1966). Com o correr do tempo e em espírito ecumênico aberto, a Tradição e os ensinamentos dogmáticos se valorizam e se interpretam à luz da Escritura no mundo protestante. Modificou-se assim a postura, de maneira positiva, em relação à Tradição e se estabeleceu melhor relação entre ela e a Escritura, como se nota na afirmação:

*Podemos dizer então que somos cristãos por causa da Tradição do Evangelho (a **paradoxo** do **kerygma**) atestada na Escritura, transmitido na Igreja e pela Igreja através do poder do Espírito Santo. A Tradição, entendida neste sentido, é atualizada na pregação da Palavra, na administração dos sacramentos e no culto, na catequese e na teologia cristã e na missão e no testemunho que se dá de Cristo na vida dos membros da Igreja¹.*

¹ Scrittura, Tradizione e tradizionii. In: C. Boyer e S. Virgulin, Unità Cristiana e movimento ecu-

Associa-se a esse princípio o do livre exame. Ambos se relacionam. A Escritura consigna por escrito as gestas reveladoras de Deus. A revelação, por sua vez, se atualiza mediante a captação individual. Realidade vivida pelos que creem graças à iluminação do Espírito Santo. Numa análise profunda, a convivência dos dois princípios não parece tão simples. Surge entre ambos certo choque que custou caro à teologia sistemática.

*Os reformadores insistiam na afirmação de que, como o ser humano chega ao conhecimento concreto de Deus por meio do princípio **Sola Scriptura**, assim só o Espírito está em condições de incutir no seu coração os ensinamentos da divina revelação escrita. Se essa última fosse não coerente e errada, então se poriam em discussão seja a veracidade de Deus seja a sua sabedoria e competência no comunicar-se; se os documentos redigidos para fazer conhecer o Pai por meio da pessoa do Filho fossem confiáveis, então isso queria dizer que Deus falhou miseravelmente no seu objetivo².*

Esses dois princípios mantêm entre si certa tensão. De um lado, valoriza-se sobremaneira a Escritura, enquanto Livro sagrado, no qual se consigna o projeto salvador de Deus. Doutro, entrega-se ao fiel a captação do sentido. Entre a objetividade e subjetividade estabelece-se difícil equilíbrio. E a prática da pastoral tem mostrado em muitas denominações evangélicas como o literalismo bíblico não passa de interesses subjetivos do leitor. A objetividade textual termina em profunda subjetividade ideológica. Ao atribuir relevância máxima a Escritura em detrimento da Tradição, os textos bíblicos ficaram desprovidos de defesa. Além disso, a insistência no livre exame da bíblia mina a teologia sistemática.

Nesse sentido, as contribuições dos estudos crítico-históricos trazem equilíbrio, afastando a arbitrariedade de leituras subjetivistas. E encontra-se então maneira de avançar na compreensão da Escritura, como real Palavra de Deus, dita num tempo, numa cultura, mas de alcance universal.

No mundo católico, o Concílio Vaticano II selou o processo dos estudos bíblicos, já presente desde o final do século XIX. Apesar das intervenções do magistério eclesiástico coibidoras do avanço nos estudos bíblicos, sancionadas sobretudo pela Pontifícia Comissão Bíblica em 1910, a atuação do Pontifício Instituto Bíblico de Roma e de exegetas e estudiosos católicos criaram na Igreja católica clima favorável aos avanços nesse setor. O pontificado de Pio

menico, Vol. II [1961-1973]. *Studium*. Roma, 1975, 36-37, citado por HENN, W.: *Dicionário Teológico Enciclopédico*, 4. ed., Estella (Navarra): Editorial Verbo Divino, 2003, p.927.

² Scrittura. In: BOLOGNESI, Pietro et alii (org.): *Dizionario di teologia Evangélica*. Marchirolo (Varese): Editrice Uomini Nuovi, 2007, p. 660s.

XII abriu clareiras luminosas, especialmente com a Encíclica *Divino Afflante Spiritu*. Ele matiza e interpreta a valorização excessiva e unilateral do texto da Vulgata, considerada pelo Concílio de Trento, como autêntica. Abre e incentiva a liberdade dos estudos dos textos originais.

Assim, esta autoridade da Vulgata em matéria de doutrina absolutamente não impede – mas antes, nos nossos dias, quase exige – que a mesma doutrina se comprove e confirme também com os textos originais, e que se recorra aos mesmos textos para encontrar e explicar em toda parte e cada vez melhor o verdadeiro sentido das Sagradas Letras (DENZINGER; HUNERMANN, 2007, n. 3825).

Com tal clima já inaugurado, o Concílio Vaticano II, contando com a presença de excelentes peritos e tocado por espírito ecumênico, revolucionou a relação entre bíblia e teologia. Estabeleceu com todas as letras o Primado da Escritura como fundamental para a teologia. A Constituição dogmática *Dei Verbum* significou passo importante nessa caminhada.

Tudo começou com o deslocamento da concepção de revelação. O Concílio Vaticano I (1870) acentua a dimensão de verdade da revelação. Distingue-lhe três níveis: verdades naturais que a razão alcança; verdades naturais reveladas que, apesar de a razão poder conhecê-las, Deus no-las revela; e verdades reveladas sobrenaturais que somente se conhecem pela revelação de Deus. Nesse horizonte de valorização das verdades, define-se a fé:

*Esta fé, porém, que é o início da salvação humana [cf. *1532], a Igreja a professa como virtude sobrenatural, pela qual, sob a inspiração de Deus e com a ajuda da graça, cremos ser verdade o que ele revela, não devido à verdade intrínseca das coisas conhecida pela luz natural da razão, mas em virtude da autoridade do próprio Deus revelante, o qual não pode enganar-se nem enganar. (DENZINGER; HUNERMANN, 2007, n. 3008).*

A tendência incentivada pelo Concílio Vaticano I tinha favorecido a posição tradicional do domínio da teologia sobre a Escritura, como vimos acima. O deslocamento provocado pelo Concílio Vaticano II veio por diversas razões. A Constituição Dogmática *Dei Verbum* franqueia novas perspectivas com a concepção de revelação. Deixou de lado o aspecto carregadamente intelectualista que insistia no caráter da revelação sobrenatural, como verdade inacessível à razão humana, e que Deus lha revela. Na neoescolástica, definia-se revelação quer, no sentido bíblico, como “manifestação da verdade salvífica feita por Deus por meio de Cristo e dos Apóstolos”, quer como “manifestação de verdade oculta ao ser humano feita por Deus”, na acepção eclesiástica. (NICOLAU, 1952).

O Concílio Vaticano II personaliza a revelação. Deus torna manifesto

seu projeto de salvação por Cristo no Espírito Santo. Fala aos homens como a amigos, entretém-se com eles para convidá-los e recebê-los em sua comunhão. E o texto continua:

Esta economia da revelação se concretiza através de acontecimentos e palavras intrinsecamente conexos, de sorte que as obras realizadas por Deus na história da salvação manifestam e corroboram os ensinamentos e as realidades significadas pelas palavras, que, por sua vez, proclamam as obras e elucidam o mistério nelas contido³.

Supera-se assim o caráter intelectualista, pondo em relevo os acontecimentos e articulando-os com as palavras. A palavra “verdade” apenas aparece e quase sempre como citação do Concílio Vaticano I. Noutro momento da mesma Constituição, salienta-se a unidade da fonte da revelação na Escritura. O texto intenta reconciliar a posição tradicional de sabor tridentino das duas fontes e a *sola Scriptura* dos Reformadores num jogo de palavras cuidadoso.

A sagrada Tradição e a Sagrada Escritura estão, portanto, estreitamente conexas e em comunicação. Ambas promanam da mesma nascente divina, formam de certo modo um só todo e tendem para o mesmo fim. Com efeito, a Sagrada Escritura é a fala de Deus enquanto consignada por escrito sob a moção do Espírito Santo; a sagrada Tradição, por sua vez, transmite integralmente aos sucessores dos Apóstolos a palavra de Deus confiada pelo Cristo Senhor e pelo Espírito Santo aos Apóstolos para que, sob a luz do Espírito de verdade, eles em sua pregação fielmente a conservem, exponham e difundam; donde resulta que não é através da Escritura apenas que a Igreja consegue sua certeza a respeito de tudo que foi revelado. Por isso, ambas <Escritura e Tradição> devem ser recebidas e veneradas com igual sentimento de piedade e reverência⁴.

A relação entre Escritura e Tradição reproduz, sob certo sentido, a relação criativa e positiva entre bíblia e teologia. Assim o que o texto conciliar diz da Tradição, vale, sob determinado aspecto, da teologia.

Um terceiro ponto fundamental para elucidar a relação entre ambas de maneira nova e positiva encontra-se sob duas formas diferentes na *Dei Verbum* e na *Optatam totius*. A tratar da Sagrada Escritura na vida da Igreja o texto conciliar afirma preempitoriamente: “O estudo das Sagradas Páginas seja como que a alma da sagrada teologia”⁵. E no Decreto *Optatam totius* sobre a formação sacerdotal, ao tratar dos estudos teológicos, volta a ideia da relevância da Escritura para a teologia

³ Concílio Vaticano II, Constituição Dogmática Dei Verbum sobre a Revelação Divina, n. 2.

⁴ Concílio Vaticano II, Constituição Dogmática Dei Verbum sobre a Revelação Divina, n. 9

⁵ Concílio Vaticano II, Constituição dogmática Dei Verbum..., n. 24.

*Formem-se com particular empenho os alunos no estudo da Sagrada Escritura, que deve ser como que a alma de toda a teologia. Depois de conveniente introdução, iniciem-se cuidadosamente no método da exegese, estudem os temas de maior importância da Revelação divina e encontrem, na leitura e meditação diária dos Livros Sagrados, estímulo e alimento. A teologia dogmática ordene-se de tal forma que os temas bíblicos se proponham em primeiro lugar*⁶.

O Concílio assume e reforça o método teológico que já se vinha usando nos cursos de teologia. Em vez da neoescolástica que estruturava a teologia em torno de uma tese e a Escritura trazia os argumentos de prova, como se viu na primeira figura, inverteu-se o método. O tema teológico proposto se desenvolvia, primeiro por meio de longo percurso pela Escritura. Haja vista, à guisa de exemplo, a mudança do curso de teologia fundamental da Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Até a década de 60 lecionou-se a teologia fundamental no estilo da bíblia a serviço da teologia (TROMP, 1950). A entrada do professor René Latourelle revoluciona o método com a obra *Théologie de la Révélation*, servindo de manual do curso. (LATOURELLE, 1981). Inicia com longa pesquisa bíblica sobre a realidade da revelação para só depois desenvolver a reflexão teológica sistemática.

Firmou-se então o método de começar a teologia sistemática especulativa com os dados da teologia positiva, hauridos primeiro na Escritura, depois nos Padres da Igreja, nos Concílios e nos ensinamentos de teólogos de relevo. Conseguiu-se a harmonia entre bíblia e teologia.

LEITURA SINCRÔNICA

Esse périplo histórico leva-nos à percepção de que já superamos os conflitos entre bíblia e teologia. Cabe-nos aprofundar, porém, dois pontos. Como entender as suas autonomias? E como articulá-las?

A autonomia define-se pela natureza própria de cada uma em relação ao plano salvífico de Deus. Joga-se, em primeira instância, o destino de salvação do ser humano. Paradoxal: Deus que existe, pensa, ama, age desde sempre, parece situar-se em primeiro lugar. Mas, na verdade, não procede. Bíblia e teologia não se constituem por causa de Deus. Mas por nossa causa. Ousamos dizer que Deus se humilha, ao sair de si. Abre espaço para a criação do mundo e do ser humano, e oferece-lhe proposta de amor e de amizade. Destarte mani-

⁶ Concílio Vaticano II, Decreto Optatum totius sobre a formação sacerdotal, n. 16.

festou-se na história em gestas e palavras. E a bíblia deu consistência histórica a tal realidade, ao pôr por escrito a façanha salvífica. Assim todos temos acesso a ela. Nesse sentido, a bíblia está em primeiro lugar, porque nela se encontra transcrito o plano salvador de Deus, não simplesmente no passado, mas feito presente a cada vez que entramos em contacto com ela.

A autonomia da bíblia torna-se indiscutível. Precede a qualquer reflexão teológica sobre o projeto de Deus – teologia . Esta, por sua vez, põe-se ao serviço da bíblia com a força da razão e de tudo o que consegue acumular de instrumento de interpretação e de compreensão da linguagem escrita. A singularidade da teologia lhe vem da autonomia da razão, dos recursos metodológicos que ela elabora.

E a articulação? A bíblia oferece a base. A teologia constrói o edifício da intelecção da fé sobre ela, mas com meios que não contradigam a base. E por sua vez, a base não impede que a razão avance na história, enriquecendo-lhe a compreensão.

Do diálogo entre as duas, temos uma bíblia mais bem interpretada e entendida, e uma teologia continuamente testada e julgada pela bíblia. A bíblia sem teologia lentamente torna-se letra morta. E a teologia sem bíblia perde a fonte inspiradora, iluminadora, nutritiva.

CONCLUSÃO

Alguém pergunta: que tem a ver essa reflexão com as ciências da religião? O olhar que nos seguiu o percurso brotou da teologia, portanto da fé. A bíblia vista pelas ciências da religião não passa de um de tantos livros religiosos. À luz da fé judaico-cristã, porém, ela consigna o projeto salvador de Deus em diálogo com o ser humano. Cumpre-lhe o papel de “suprema regra da fé”⁷. Comunica as palavras e as gestas do próprio Deus. E o fiel leitor confia que ela o toca pela ação e voz do Espírito Santo.

As ciências da religião consideram-na como evento linguístico, como qualquer outro livro religioso. O seu ponto de vista permanece no nível das mediações sócio-analíticas e hermenêuticas das ciências humanas e renuncia o nível teologal. A discussão que desenvolvi, elas releem-na sob outro ângulo. Percebem os conflitos de episteme, as ideologias subjacentes aos interesses bíblicos ou teológicos. Trazem contribuições interessantes. Desvelam pontos de que os estudos bíblicos ou teológicos, presos a seu próprio saber, não se dão conta.

⁷ Concílio Vaticano II, Constituição dogmática Dei Verbum..., n. 21

A bíblia e a teologia cristã assinalam, por sua vez, limites das ciências da religião. Elas não tocam o nível da Transcendência e não respondem a anseios do ser humano que ultrapassam as puras ciências humanas. O diálogo entre ambas se faz enriquecedor pela complementaridade. Eis as vantagens das reflexões interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares.

Já na década de 40, Pio XII percebeu a importância das ciências auxiliares para a compreensão da Sagrada Escritura. Assim as ciências da religião aportam elementos relevantes para a teologia e esta também lhes rompe horizontes novos. Reconhecia o Papa a dignidade e a excelência própria de todo conhecimento humano.

Portanto, os nossos especialistas de estudos bíblicos devem atender também, com a devida diligência, a este ponto, nem omitir nenhuma descoberta da arqueologia, ou da história antiga, ou da ciência das literaturas antigas, que possa servir ao melhor conhecimento da mentalidade dos antigos escritores e do seu modo, forma e arte de raciocinar, narrar e escrever. ... Pois todo o conhecimento humano, mesmo não sagrado, tem como que por si uma sua dignidade e excelência própria – por ser uma participação finita da infinita ciência de Deus –; mas eleva-se a uma nova e mais alta dignidade, e quase consagração, quando aplicado para fazer brilhar com clara luz as coisas divinas⁸.

As ciências da religião manuseiam amplamente as ciências humanas. Elas têm provocado sobre a teologia transformações importantes. Sob esse aspecto, o diálogo entre teologia e ciências da religião anuncia futuro promissor, desde que ambas guardem serenamente a natureza do próprio saber. Todo diálogo implica, portanto, clareza de si mesmo e abertura ao diferente para que no final do processo todos se enriqueçam.

REFERÊNCIAS

ALEMANY, José J. Narrar la fé. *Razón y Fe* 205, n. 1.009, p. 602, 1982.

BARTHES, Roland. Introdução à Análise Estrutural da Narrativa. In: BARTHES, Roland et alii: *Introdução à Análise Estrutural da Narrativa*. Petrópolis: Vozes, 1971, p. 19.

BOLOGNESI, Pietro et alii (Org.). *Dizionario di teologia Evangelica*. Marchirolo (Varese): Editrice Uomini Nuovi, 2007.

⁸ PIO XII. Encíclica *Divino afflante Spiritu*, 30 set. 1943. In: DENZINGER; HUNERMANN. *Compêndios dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. Trad. de J. Marino, J. Konings. São Paulo: Paulinas/Loyola, 2007, n. 3831.

DENZINGER, Heinrich; HUNERMANN, Peter. *Compêndios dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. Trad. de J. Marino; J. Konings. São Paulo: Paulinas/Loyola, 2007.

HENN, W.: *Diccionario Teológico Enciclopédico*. 4. ed.. Estella (Navarra): Editorial Verbo Divino, 2003,

KÄSEMANN, Ernst: Sackgassen im Streit um den historischen Jesu, in *Exegetische Versuche und Besinnungen*, Göttingen, 1964

KELLER, Werner. E a Bíblia tinha razão. 2. cd. [S.L.]: Melhoramentos, 1958.

LATOURELLE, Réné. *Théologie de la révélation*. Bruges: Desclée de Brouwer, 1963. Trad. bras. 2. cd. São Paulo: Paulinas, 1981.

MARLÉ, René. La théologie, un art de raconter? Un projet de théologie narrative. *Études*, n. 358/1, p. 123, 1983.

MEIER, John P. The Present State of the 'Third Quest' for the Historical Jesus: Loss and Gain. *Biblica* 80, n. 4, 459-487, 1999.

NICOLAU, Michael. Sacrae Theologiae Summa: Theologia fundamentalis, introductio in theologiam. *De revelatione christiana. De Ecclesia Christi. De S. Scriptura*. 2. ed. Madrid: BAC, 1952, p. 85.

RAHNER, Karl; VORGRIMLER, Herbert: *Dicionário teológico*. Barcelona: Herder, 1966. (Col. 161s).

TROMP, Sebastianus. *De revelatione christiana*. 6. ed. Roma: Apud Aedes Universitatis Gregorianae, 1950.

ZIMMERMANN, Heinrich. Los métodos históricos-críticos en el Nuevo Testamento. Madrid: BAC, 1969. (BAC, 295), p. xxx.

Recebido e aprovado em 05/06/2011